

Requerente: AJM
Assunto: Solicitação
Despacho: Publique-se. Arquive-se.

Expediente: CI 163/2015
Processo: 0034487-8/2015
Requerente: CMAD
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: Of 124/2015
Processo: 0033870-3/2015
Requerente: SJC
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC para realização do empenho.

Expediente: CI 075/2015
Processo: 0035215-7/2015
Requerente: CMGP
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC para pronunciamento sobre a disponibilidade financeira.

Expediente: CI 201/15
Processo: 0032177-2/2015
Requerente: DMSM
Assunto: Solicitação
Despacho: À CPL. Autorizo a abertura de Processo Licitatório

Expediente: Of. 67/2015
Processo: 0015544-1/2015
Requerente: PJ Serrita
Assunto: Cessão servidor
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo Sr. Procurador-Geral para consideração.

Expediente: CI 089/2015
Processo: 0033775-7/2015
Requerente: DEMPAG
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: OF. 081/2015
Processo: 0034739-8/2015
Requerente: Ângela Maria Ferreira Paiva
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP. Segue para as providências necessárias.

Expediente: OF. 101/2015
Processo: 0033340-4/2015
Requerente: Ângela Maria Ferreira Paiva
Assunto: Solicitação
Despacho: Publique-se, após, devolva-se a CMGP para necessárias providências..

Expediente: CI 057/2015
Processo: 0033214-4/2015
Requerente: Comissão de Bens Inservíveis
Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo Sr. Procurador-Geral para consideração.

Expediente: CI 122/2015
Processo: 0034669-1/2015
Requerente: CMTI
Assunto: Solicitação
Despacho: Publique-se, após, devolva-se a CMGP para necessárias providências..

Expediente: Of 138/2015
Processo: 0024708-3/2015
Requerente: Dra. Fabiana Machado Raimundo de Lima
Assunto: Informação
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo Sr. Procurador-Geral para consideração.

Expediente: CI 127/2015
Processo: 0033768-7/2015
Requerente: Departamento Ministerial de Patrimônio e Material
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMAD. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 075/2015
Processo: 0027170-8/2015
Requerente: CPL-SRP
Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo Sr. Procurador-Geral para consideração.

Expediente: Req. s/n/2015
Processo: 0030268-2/2015
Requerente: Dr. Nivaldo Rodrigues Machado Filho
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 091/2015
Processo: 0034355-2/2015
Requerente: ESMP
Assunto: Encaminhamento
Despacho: Publique-se. Arquive-se.

Expediente: Of. 041/2015
Processo: 0026088-6/2015
Requerente: Dr. Diego Albuquerque Tavares
Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo Sr. Procurador-Geral para consideração.

Expediente: Of. 082/2015
Processo: 0018853-7/2015
Requerente: Dra. Sylvia Câmara de Andrade
Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo Sr. Procurador-Geral para consideração.

O Exmo. Sr. Secretário Geral Adjunto do Ministério Público de Pernambuco, Valdir Francisco de Oliveira, exarou os seguintes despachos:

Nos dias 16 e 17/09/15
Expediente: Ofício 193/2015
Processo nº 0034716-3/2015
Requerente: CAOPJDC
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMAD, segue para as providências.

Expediente: Ofício 217/2015
Processo nº 0034438-4/2015
Requerente: PJ Torilama
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMAD Para as devidas providências devendo levar em consideração a estrutura da PJ.

Expediente: Ofício s/n/2015
Processo nº 0034507-1/2015
Requerente: PJ Palmares
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP Segue para as providências necessárias.

Expediente: Of 852/2015
Processo nº 0033427-1/2015
Requerente: PJ Jaboatão dos Guararapes
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMTI. Consoante entendimento com GMP, solicito que seja disponibilizado os acessórios, conforme CI da PJ.

Expediente: CI 196/2015
Processo nº 0034046-8/2015
Requerente: DIMECON
Assunto: Solicitação
Despacho: À AJM Para pronunciamento e análise, conforme despacho da CMATI.

Expediente: Ofício 077/2015
Processo nº 0034929-0/2015
Requerente: GAECO
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP Para pronunciamento.

Expediente: CI 134/2015
Processo nº 000034560-0/2015
Requerente: Dep. Ministerial de Apoio Administrativo
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC. Para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização de despesas.

Expediente: CI 087/2015
Processo nº 0033717-3/2015
Requerente: Div Ministerial de gestão de Contratos
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC. Para informar o valor do desconto em relação ao pagamento do IPTU, conforme despacho retro.

Expediente: CI 093/2015
Processo nº 0029058-6/2015
Requerente: DIMAH
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 097/2015
Processo nº 0032585-5/2015
Requerente: Dep. Ministerial de desenvolvimento de RH.
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: Req/2015
Processo nº 0025010-8/2015
Requerente: Regina Maria Queiroz de Lima
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP. Considerando a existência de dotação orçamentária e informação da CMFC, defiro o pedido, conforme o respectivo despacho da CMFC.

Expediente: Ofício OGMP 2032/2015
Processo nº 0025628-5/2015
Requerente: Corregedoria geral do Ministério Público.
Assunto: Solicitação
Despacho: Ao apoio, para informar ao PJ de Alagoinha a sugestão da coordenação da Engenharia - CMATI, que seria uma permuta com uma sala do térreo, considerando que o imóvel é do TJPE e, ainda no momento não temos condições para locar um imóvel. Assim sendo, após arquive-se.

Expediente: Ofício 303/2015
Processo nº 0034858-1/2015
Requerente: PJ Bom Jardim
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMAD, Para conhecimento e providências necessárias com o devido controle.

Expediente: Ofício 108/2015
Processo nº 0034814-2/2015
Requerente: PJ Garanhuns
Assunto: Solicitação
Despacho: À AMSI, para análise e devidas providências.

Expediente: Ofício 220/2015
Processo nº 0034841-2/2015
Requerente: PJ Angelim
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMAD, para verificar a possibilidade de atendimento.

Expediente: Ofício 33/2015
Processo nº 0035036-1/2015
Requerente: PJ Arcoverde
Assunto: Solicitação
Despacho: À AMSI, para análise e demais providências.

Expediente: Ofício s/n/2015
Processo nº 0030398-5/2015
Requerente: Clériston Amorim
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, para pronunciamento sobre as questões suscitadas.

Expediente: Ofício 011/2015
Processo nº 00/2015
Requerente: CNMP
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMAD, para conhecimento após devolver a SGMP, para em conjunto, serem tomadas as providências.

Expediente: CI 136/2015
Processo nº 0032399-8/2015
Requerente: Dep Ministerial de Apoio Administrativo
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC para cumpridas as formalidades legais providenciar a realização da despesa.

Recife, 17 de setembro de 2015

Valdir Francisco de Oliveira
Secretário Geral Adjunto do Ministério Público

Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação n.º 031/2015 da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do Processo Licitatório n.º 047/2015, com fundamento no Art. 25, inciso II, c/c Art. 13, inciso VI, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação da **Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG, CNPJ n.º 02.770.511/0001-18**, para capacitação de 30 (trinta) servidores desta PGJ no Curso de “**Gestão de Convênios e Contratos no Serviço Público**”, totalizando 16h/a, a ser realizado nesta cidade, pelo valor total de **R\$ 7.740,00 (Sete mil, setecentos e quarenta reais)**, DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação do citado objeto.

Recife, 17 de setembro de 2015.

AGUINALDO FENELON DE BARROS
Secretário Geral do Ministério Público

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação n.º 032/2015 da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do Processo Licitatório n.º 048/2015, com fundamento no Art. 25, inciso II, c/c Art. 13, inciso VI, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação da **Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG, CNPJ n.º 02.770.511/0001-18**, para capacitação de 30 (trinta) servidores desta PGJ no Curso de “**Elaboração de Termo de Referência para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços**”, totalizando 16h/a, a ser realizado nesta cidade, pelo valor total de **R\$ 7.740,00 (Sete mil, setecentos e quarenta reais)**, DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação do citado objeto.

Recife, 17 de setembro de 2015.

AGUINALDO FENELON DE BARROS
Secretário Geral do Ministério Público

Escola Superior do Ministério Público

AVISO Nº 024/2015-ESMP-PE

A Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco, Dra. Deluza Amaral Rolim Florentino, AVISA aos membros, servidores e estagiários de Direito do MPPE que estão abertas as inscrições para a palestra “**A Missão Constitucional do Ministério Público**”, no dia **05 de outubro de 2015, às 9h**, conforme informações a seguir:

Palestrante: Dra. Samia Saad Galotti Bonavides (Sub-Procuradora de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Paraná; Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Paraná; Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: processo civil, direito, ministério público, administração pública e princípios)

Local: Auditório da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco - PGE/PE (Rua do sol, 143, Edif. IPSEP, 7º andar, Santo Antônio, Recife/PE)

Vagas: 90 vagas, a serem preenchidas por ordem cronológica de inscrição, com prioridade para membros do MPPE.

Objetivo: Refletir acerca da missão constitucional do Ministério Público e a necessária mudança do perfil institucional para melhor servir à sociedade.

Inscrições: até o dia **28 de setembro de 2015**, por meio de formulário *online* disponibilizado na página <http://www.mppe.mp.br>, menu Institucional > Escola Superior > Cursos, Palestras e Seminários, ou até o preenchimento das vagas disponíveis.

Informações: telefones 81-3182-7348 ou 31827351, das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Certificado: Será emitido certificado de participação.

Realização: Procuradoria Geral de Justiça, por meio da Escola Superior do MPPE.

Recife, 17 de setembro de 2015.

Deluza Amaral Rolim Florentino
Promotora de Justiça
Diretora da ESMP

Promotorias de Justiça

PORTARIA n.º 016/2015-PJ-DH

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, combinados com os artigos 1º, inciso II e 8º, Parágrafo primeiro, da Lei Federal n.º. 7.347/1985, artigo 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º. 12/1994, com alterações da Lei Complementar n.º. 21/1998;

CONSIDERANDO o teor do art. 22, Parágrafo único, da Resolução RES CSMP n.º. 001/2012, e do art. 2º, § 8º e 7º, da Resolução n.º. 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil e, de igual maneira, do Procedimento Preparatório.

CONSIDERANDO que, em conformidade com os dispositivos citados, o prazo para conclusão do Procedimento Preparatório é de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, e que na hipótese de vencimento do referido prazo deverá ser promovido o seu arquivamento, ajuizada a respectiva ação civil pública ou sua conversão em inquérito civil;

CONSIDERANDO a tramitação do Procedimento Preparatório n.º 14021-4/7, instaurado com objetivo de apurar condições inadequadas de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Supermercado Extra/Benfica;

CONSIDERANDO a necessidade de se prosseguir com a investigação dos fatos que ensejaram a instauração deste Procedimento Preparatório, apontando, entre outras providências, a necessidade de manifestação do investigado acerca do Parecer Técnico nº119/2015-GMAE (fls.40/46v), bem como a realização de outras audiências;

RESOLVE converter o referido Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, adotando-se as seguintes providências:

- I - Considerando o teor da certidão de fl.50, designe-se audiência com o investigado;
- II - Remeta-se, em meio magnético, cópia desta Portaria ao CAOP de Defesa da Cidadania;
- III - Remeta-se, de igual maneira à Secretária Geral do Ministério Público, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado;
- IV - De-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria-Geral do Ministério Público do teor da presente Portaria;
- V - Proceda-se aos devidos registros no SGAA e nos arquivos desta Promotoria de Justiça,

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 17 de setembro de 2015.

Westei Conde y Martín Júnior
7º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

9ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL TUTELA DE FUNDAÇÕES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

P.A. nº 026/2015

Natureza: Aprovação de Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Diretor realizada em 25/05/2015
Requerente: Fundação Gilberto Freyre

Resolução nº 026/2015

O Ministério Público do Estado de Pernambuco, por intermédio do 9º Promotor de Justiça da Cidadania, com Atuação na Tutela de Fundações, Entidades e Organizações Sociais desta Capital, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais;

Considerando o requerimento protocolado, nesta Promotoria, pela Fundação Gilberto Freyre que solicita a análise e a aprovação da Ata de Reunião Extraordinária do seu Conselho Diretor, realizada em 25 de Maio de 2015, que teve por objetivo a Eleição dos seus, respectivos, Presidentes e Vice-Presidentes;

Considerando que a Ata de Reunião foi retificada, conforme solicitação do Cartório Mariani, fazendo constar apenas a eleição ora objeto de aprovação por parte do Ministério Público, ficando consignado o mandato da nova diretoria de 26 de maio de 2015 a 25 de maio de 2020.

Considerando, por fim, que a referida Reunião fora realizada com a observância das disposições contidas no Estatuto da Fundação, quanto à forma e conteúdo, respeitados o quorum deliberativo, e, de igual modo, as finalidades da Fundação.

RESOLVE:

APROVAR a Ata retificada da Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Fundação realizada em 25 de Maio de 2015 e AUTORIZAR seu registro no Cartório competente.

Conceder o prazo de 10 (dez) dias, a fim de que o representante da Fundação Gilberto Freyre, adote as seguintes providências:

1- **Providencie**, no Cartório competente, o registro da Ata de que trata esta Resolução;

2- **Protocolo**, nesta Promotoria de Justiça, as certidões com inteiro teor dos registros no Cartório;

3- Publique-se.

Recife, 17 de setembro de 2015.

Maria Aparecida Barreto da Silva
Promotora de Justiça em Exercício Cumulativo

Recife, 17 de setembro de 2015

Aginaldo Fenelon de Barros
Secretário-Geral do Ministério Público